

O Agricultor Familiar de São João del-Rei (MG) e os Desafios para sua Inserção no Mercado Local

El Agricultor Familiar de São João del-Rei (MG) y los Desafíos para su Inserción en el Mercado Local

The Family Farmer of São João del-Rei (MG) and the Challenges for his Insertion in the Local Market

Filipe César Pereira

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UDSJ). Professor na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).
E-mail: fylipecesar@hotmail.com

Lígia Maria Brochado de Aguiar

Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: ligiamaria.baquiar@yahoo.com.br

Recebido: 21 de setembro de 2017 Aceito: 20 de março de 2018
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O presente trabalho é um estudo de caso, cujo objetivo consistiu em compreender a territorialização e a territorialidade de agricultores familiares, dos chamados homens lentos, por Santos e Silveira (2001), que vivem na Colônia do Marçal, nas comunidades do Felizardo e Recondengo, em São João del-Rei (MG). Neste percurso, analisamos suas estratégias de produção e inserção no mercado local, tendo em vista a presença das Centrais de Abastecimento do estado de Minas Gerais e dos atravessadores no processo de negociação, compra e venda de seus produtos, para explicar a sua subordinação à lógica capitalista no processo de comercialização. Atualmente, a importância desses sujeitos no lugar se justifica a partir das suas práticas produtivas e nas possibilidades de articular redes solidárias de produção, de consumo e de comercialização no setor de hortaliças e algumas leguminosas, representando, sobretudo, uma alternativa para a sua resistência e permanência no território.

Palavras-chave: Território; Produção; Atravessador; Comercialização; Homens Lentos.

Resumen - El presente trabajo es un estudio de caso, cuyo objetivo consistió en comprender la territorialización y la territorialidad de agricultores familiares, de los llamados hombres lentos, por Santos y Silveira (2001), que viven en la Colonia del Marçal, en las comunidades de Felizardo y Recondengo, en São João del-Rei (MG). En este recorrido, analizamos sus estrategias de producción e inserción en el mercado local, teniendo en vista la presencia de las Centrales de Abastecimiento del Estado de Minas Gerais (MG) y del atravessador en el proceso de negociación, compra y venta de sus productos, para explicar su subordinación a la lógica capitalista en el proceso de comercialización. Actualmente, la importancia de estos sujetos en el lugar se justifica a partir de sus prácticas productivas y en las posibilidades de articular redes solidarias de producción, de consumo y de comercialización en el sector de hortalizas y algunas leguminosas, representando, sobre todo, una alternativa para su resistencia y, permanencia en el territorio.

Palabras-clave: Territorio; Producción; Atravesador; Comercialización; Hombres lentos.

Abstract - This work seeks to understand territorialization and territoriality of family farmers, of so called *slow men* (SANTOS; SILVEIRA, 2001), that live in Colônia do Marçal, in the communities of Felizardo and Recondengo, in São João del-Rei (MG-Brazil). We analysed their production strategies and local market insertion, with our sight set on the presence of the Centrais de Abastecimento in the state of Minas Gerais (MG) of the middleman in the process of negotiating, buying and selling their products, in order to explain their subordination to the capitalist logic in the process of commercialization. Now a days, the importance of these subjects in that place is justified by their

productive practices and the possibilities for articulating solidarity networks of production, consumption and commerce within the vegetables and legumes sector, representing, above all, an alternative for their resistance and permanence in the territory.

Keywords: Territory; Production; Middleman; Marketing; Slow Men.

Introdução

A sustentabilidade social e ambiental e a participação de atores, além do território e das suas dinâmicas, transformaram-se em categorias-chave para a análise do desenvolvimento rural e fundamento das propostas de políticas públicas nas últimas décadas. Schneider (2004) faz uma distinção de território como compreendido e utilizado na Geografia e nas abordagens sobre desenvolvimento rural. Na perspectiva do desenvolvimento rural, a abordagem territorial teria um caráter instrumental, prático, de localização, uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente.

Esta categoria tem sido utilizada, segundo Hespanhol (2010, p.128), apenas como um instrumento conceitual para operacionalizar o planejamento das ações governamentais em escalas local, regional ou microrregional e das políticas públicas. Neste artigo, o território, como categoria de análise geográfica, pressupõe um referencial teórico e metodológico, também epistemológico, a experimentação empírica.

Há décadas, o processo de modernização vem destruindo a territorialidade da vida na roça, da agricultura em espaço-tempo da territorialidade do agronegócio, da territorialização do capital, lugar da sua reprodução ampliada. A “vida na roça”, em toda sua diversidade, foi sendo destruída pelo “negócio agrícola”, também o “tradicional foi artificialmente substituído pelo moderno” e o que era “próprio transformado folcloricamente em típico” (BRANDÃO, 2009, p. 50).

Para Santos e Silveira (2001, p. 19), o território é o nome político para o espaço de um país, pensamento que se aproxima mais dos *homens lentos*, que, em sua experiência territorializada, de compartilhamento da escassez, apoiam-se nos valores de uso mais do que nos valores de troca, na ideia de Estado do que na sua servidão às ações verticais hegemônicas como garantia dos negócios; portanto, do lucro e do mercado como sujeito de direito.

O geógrafo é o leitor do espaço-tempo dos contextos da interação humana com o espaço natural e da sua transformação em território apropriado, para atender às necessidades materiais, para o reconhecimento ou criação de territorialidades concretas, simbólicas, identitárias e, também, do território dominado pelas relações de poder. Nessa forma, o território funciona como recurso, obstáculo e potencialidade para a produção e reprodução capitalista.

O processo produtivo agora comandado pela técnica e pela ciência, transformadas em forças produtivas estratégicas no atual período técnico-científico e informacional, configuraram um modo de vida, portanto, um modo de ser. Recorrendo à perspectiva marxista, compreendemos que a limitação da técnica e de capitais significam um impasse para extração da renda da terra. Contudo, o trabalho vivo ainda permite uma apropriação do território e a produção de uma territorialidade policultora de excedente, articulada ao negócio agrícola. Em linhas gerais, estamos presenciando a sobreposição de um novo período, naquele em que antes a terra, para o trabalhador, ainda se constituía como uma *terra de trabalho*, e não de *negócio*, segundo Prado Jr. (1981) e Martins (1981).

Atualmente, o Brasil tem ocupado avançadas posições no mercado global, quando a questão tratada diz respeito à exportação de produtos agroindustriais como cereais, grãos e demais *commodities*. Ao analisarmos o sistema de produção agrícola característico do país,

agronegócio/agricultura empresarial, observamos que este se destaca essencialmente por adotar um alto teor de mecanização e tecnologia, extrapolando suas fronteiras de produção, movimentando significativamente a economia e ganhando cada vez mais força em razão das políticas agrárias favoráveis a esse sistema.

O agronegócio e sua roupagem da modernidade (OLIVEIRA, 2007, p. 153) destacam-se pela monocultura e produção de *commodities*, fazendo com que grande parte de sua produção tenha como principal destino o mercado externo. No entanto, esse é um empreendimento que não tem contribuído para atender às necessidades da demanda interna de alimentos no país, de maneira efetiva. Logo, essa responsabilidade é atribuída a outro modelo produtivo, envolvendo outros sujeitos.

Tendo em vista a variedade de recursos tecnológicos presentes na atualidade, Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) abordam este período como um produtor resultante do *meio técnico-científico-informacional*. Essa periodização, adotada por Santos, faz menção a um mundo em *rede*, onde os *fluxos* de informação atravessam o território, independentemente da existência de fronteiras, escalas e lugares.

Nesse sentido, é dado destaque ao rural modernizado, que também se transformou a partir desse processo. Associados à cadeia produtiva, Santos e Silveira (2001) consideram os sistemas de produção, distribuição e logística como partes indispensáveis dos circuitos espaciais de produção, que compreendem as fases do processo de produção ao consumo.

Em contrapartida, o território tem se tornado cada vez mais excludente, uma vez que as mesmas *próteses* ou *sistemas de engenharia*, que auxiliam no aumento da produção também são as responsáveis pela geração de desemprego e pelo conseqüente abandono desse espaço (SANTOS, 1994).

Ao levantarmos questões referentes ao meio rural e suas peculiaridades, é notável a existência de um vasto campo de estudos, digno de análise e compreensão, no que tange à territorialidade e às dinâmicas territoriais que ali se estabelecem. Entretanto, deve ser ressaltado que os novos moldes do sistema de produção capitalista têm dificultado as possibilidades de sobrevivência destes genericamente chamados de pequenos produtores, que muitas vezes trazem consigo raízes de gerações passadas, que nesse mesmo lugar extraíram o seu sustento.

Frente a esses conflitos, surge a figura do agricultor familiar, com seu sistema produtivo diversificado e de significativa importância sobre o território brasileiro. Apesar de não serem os principais beneficiados pelas políticas governamentais, como os grandes latifundiários, esses sujeitos são responsáveis por 70% da produção de alimentos, consumidos no Brasil, conforme consta no Portal Brasil (2011) e no Portal do Planalto (2012).

Todavia, as análises realizadas por Rodolfo Hoffmann (2014, p. 418), apresentam controvérsias quanto à veracidade das informações oficiais acima apresentadas, por se tratarem de definições generalizadas no que diz respeito ao conceito de alimentos e, sobretudo no que se entende por agricultura familiar, por não se tratar de um conceito universal.

Ainda nesta discussão, destacamos a figura do atravessador, agente presente no meio rural, que representa as relações comerciais entre os produtores e o mercado consumidor, na função de intermediário. Esse sujeito, na maioria das vezes, é quem possui o controle do transporte e da venda das mercadorias. Segundo Souza (2011):

O atravessador ou intermediário é o ator social de maior mobilidade na relação de comercialização, pois este é quem escoar a produção, comprando dos produtores. Este não precisa ser exatamente uma pessoa

física, pode ser também um supermercado, uma mercearia etc. (SOUZA, 2011, p. 29).

Nesse contexto, é possível considerar que o ato da compra e recompra, em diferentes momentos e lugares, causa o aumento do preço no ato da comercialização. Porém, essa situação nem sempre demonstra como uma potencialidade para os pequenos produtores rurais, uma vez que esses sujeitos sequer podem estipular o valor de sua produção. Essa função também tem sido atribuída ao intermediário e às Centrais de Abastecimento (CEASAs), situadas em áreas de influência específicas e que seguem as tendências de mercado.

Diante desse processo, surgiu a necessidade de conhecer os pequenos produtores rurais, de modo que se tornasse possível compreender como se dão as relações mercantis entre Agricultor Familiar e Atravessador, Atravessador e Mercado Consumidor e, Agricultor Familiar e Mercado Consumidor. A partir dessa análise, poderíamos ainda conhecer quais os obstáculos e potencialidades que acompanham esses agricultores – preferencialmente os de hortaliças – no processo de inserção dos seus produtos no mercado local.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo estudar e compreender a dinâmica da produção e reprodução desses agricultores familiares, que, ao se inserirem no circuito capitalista de produção, se encontraram subordinados e sujeitados aos mecanismos de produção ou comercialização, sob a lógica de mercado. A necessidade de conhecer as dinâmicas agrícolas locais, bem como o modo de produzir, frente às demandas de mercado, implica, sobretudo, no entendimento do agricultor familiar em sua territorialidade, a partir das relações sociais criadas no seu lugar de trabalho, que, por fim, resulta em sua permanência, ou seja, em formas de resiliência cultural e socioambiental.

Segundo Haesbaert (2005), esta territorialidade incorpora:

[...] uma dimensão estritamente política [que] diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar. (HAESBAERT, 2005, p. 67).

Para tanto, neste trabalho propomos conhecer os espaços e as principais formas de comercialização presentes no município de São João del-Rei–MG, bem como as potencialidades e dificuldades desses agricultores para a inserção das mercadorias produzidas no mercado local, sem perder de vista a influência do atravessador e das CEASAs no processo de negociação das mercadorias.

Caminho Metodológico

Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso, envolvendo os agricultores familiares residentes na Colônia do Marçal, nas comunidades do Felizardo e Recondengo, no município de São João del-Rei, Minas Gerais. Essa escolha se deu porque o estudo de caso investiga a comunidade rural empiricamente, no seu contexto real. Outra razão da escolha dessas comunidades rurais foi o fato de estarem localizadas nas proximidades do perímetro urbano sendo, portanto, de mais fácil acesso.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, o estudo de caso também se mostra relevante, por se tratar de um método que visa compreender os fenômenos sociais complexos inerentes à vida real (TRIVIÑOS, 1987). Segundo Gil (2002, p. 54), a sua base consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo ao pesquisador um amplo e detalhado conhecimento acerca do seu objeto de estudo, de modo que atenda os objetivos delineados na pesquisa.

A abordagem qualitativa também possibilita a investigação de conceitos, sentimentos, motivações, presente nas ações individuais e coletivas dos sujeitos de pesquisa e na formação de suas representações sociais. Ou seja, a pesquisa qualitativa tem como característica as descrições densas, ricas, bem fundamentadas.

Lugar da existência, o território nos inspira uma epistemologia sensível (RIBEIRO, 2012), que precisa do diálogo, do reconhecimento dos diferentes saberes-fazeres próprios dos lugares e dos *homens lentos*, dos espaços opacos – antagônicos aos espaços luminosos do agir operacional, estratégico – que propiciam a resistência social (SANTOS, 1994 *apud* RIBEIRO, 2004).

Milton Santos (1994 *apud* RIBEIRO, 2004) reposicionou a categoria território na teoria crítica do espaço, alertando para sua relevância na ação política por meio da compreensão do território usado. Para Santos e Silveira (2001, p. 247), o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise. Para eles, a categoria de análise é o território usado, vivo. Portanto, a leitura do território deve ser:

[...] orientada pela compreensão das lutas de apropriação, de onde emerge o rico universo de relações que tem origem nos confrontos entre códigos de conduta e, em termos amplos, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem e resistem a esta concepção. Desta ótica, instaura-se a possibilidade de compreensão dos confrontos entre interesses, projetos e visões de mundo que constituem a densidade (espessura) da vida social. (RIBEIRO, 2005c, p. 95).

Assim, é a partir do território que se faz a análise do espaço, das formas e dos processos contíguos e/ou em rede, das horizontalidades e das verticalidades. Nesse processo, as *verticalidades* permitem o funcionamento global da sociedade e da economia, que se formam a partir de atores hegemônicos que controlam as trocas, as informações e as normas. Por outro lado, as *horizontalidades* são construídas a partir das relações entre iguais, gerando formas de solidariedade (SANTOS, 1997).

Como Ribeiro e Lourenço (2005), entendemos o homem lento, proposto por Milton Santos, como uma *síntese político-filosófica do outro* e da sua capacidade de criar o discurso que exprime suas carências e de criar caminhos para sua sobrevivência. É indispensável reconhecer táticas e estratégias traçadas pelo homem lento, co-partícipe na concepção de usos do território. Para Santos (1994, 2007), os espaços opacos, orgânicos, permitem que a solidariedade desafie a exclusão produzida pela competitividade.

Portanto, tal como Ribeiro (2005b, p. 7) acreditamos que “[...] são os que experimentam a escassez que precisam desvendar as múltiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário”.

Os procedimentos metodológicos empregados no estudo ocorreram inicialmente por meio de visitas a campo, nas comunidades rurais de Felizardo e Recondengo, ambas situadas nas proximidades da área urbana do município em questão. Além disso, foram realizadas visitas no mercado municipal, em diferentes formas comerciais da cidade e, na Feira do Produtor Rural, que acontece aos domingos no bairro do Matosinhos. Nesse percurso, as informações primárias acerca da vida desses produtores foram alcançadas através de entrevistas, envolvendo a aplicação de questionários, com perguntas abertas e semiabertas a todos os produtores, comerciantes e feirantes que concordaram em participar da pesquisa.

Os demais elementos teóricos e metodológicos foram obtidos por meio de dados secundários, provenientes de sites de fomento, como a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no site da CEASA MINAS. Além disso, foram realizados estudos de bibliografias que nos permitiram compreender a caracterização da dinâmica comercial do município de São João del-Rei, o perfil e o contexto de formação territorial local, bem como a influência das CEASAs e dos atravessadores na comercialização da produção local.

Conhecendo o Produtor Local através do Processo Histórico de Formação Territorial

Uma das fases que marcaram a produção agrícola no município de São João del-Rei se deu a partir da implantação da colônia de italianos no ano de 1888. Segundo Teixeira (2012, p. 129): “[...]a presença de imigrantes na cidade são-joanense foi cogitada como meio de reascender a economia local [...]”. Tal ação também se mostrou necessária tendo em vista o declínio econômico pelo qual o município passou no fim do século XIX com a falta de mão de obra escrava.

Naquele período, não era de interesse político do município produzir extensas áreas agrícolas entre esses imigrantes, e sim diversos núcleos de povoamento dotados de diversas especificidades como pastoril, tecelagem, entre outras. Além disso, o incentivo e a entrada de imigrantes europeus eram vistos como uma possibilidade para o “embranquecimento” da população local – e no Brasil, de modo geral –, que por sinal também era considerada uma raça superior (CAMPOS, 2007).

Atualmente, os descendentes desses grupos de italianos ainda estão presentes no município e situam-se nas proximidades da área urbana, mais especificamente na Colônia do Marçal, nas comunidades do Felizardo e Recondengo (Figura 1). Esses pequenos produtores representam as atuais gerações de famílias tradicionais de origem europeia, como é o caso dos Giarolla, Vicentini e Tarôco, entre outros.



Figura 1: Localização das Comunidades do Felizardo e Recondengo na Colônia do Marçal, município de São João del-Rei.

Fonte: Google Maps, 2016. Adaptado pelos autores.

Inicialmente, a partir de uma análise local, por meio de trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas, foi possível observar que a forma de organização da produção se enquadrava como agricultura familiar. Um dos grupos de produtores analisados era composto por três irmãos e cada um possuía uma família já consolidada. Cada família, por sua vez, se dedicava a um setor específico: pecuária leiteira – onde se produz queijo e manteiga –, fruticultura e horticultura na mesma propriedade; ou seja, extraíam sua renda exclusivamente da terra.

Retomando a discussão anterior, iniciada por Hoffmann (2014), no que tange o conceito de agricultor familiar no Brasil, recorremos a definição da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, onde se diz, através do artigo terceiro, que o agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, que:

[...] I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda na propriedade estudada, foi observada uma dinâmica voltada para a autossuficiência, pois havia um pequeno curral, criadouro de porcos, de galinhas e patos. Além disso, foi observado na propriedade um biodigestor, a base de dejetos fecais, provenientes do gado. A produção agrícola analisada era composta de pequenas plantações voltadas principalmente para o consumo interno, onde se notou o cultivo de cana-de-açúcar, milho, feijão, tomate, pimentão, mexerica, abóboras (diversas), alface, repolho, agrião, couve-flor, couve, jiló, salsa, cebola, berinjela, etc.

Caracterização da Dinâmica Comercial do Município de São João del-Rei

De acordo com o Censo do IBGE (2010), o município de São João del-Rei possui cerca de 90 mil habitantes e apresenta uma dinâmica comercial bastante diversificada. Conforme os levantamentos realizados pelos autores no ano de 2016, a estrutura comercial local, destinada ao abastecimento de hortaliças, leguminosas e frutas, contava com aproximadamente 20 supermercados, uma Feira do Produtor Rural, aberta ao público aos domingos, um Mercado Municipal e muitos “mercadinhos” que constituem o denso circuito inferior econômico.

As pesquisas feitas nos supermercados locais, mercado municipal e mercadinhos tiveram como finalidade entender quais deles compravam hortaliças no município, como também algumas leguminosas, diretamente do produtor rural local.

Para a obtenção de dados em campo, foram selecionadas amostragens de 16 supermercados (80% do total), distribuídos entre os diferentes bairros do município. Em seguida, foi elaborado um questionário, que teve por finalidade compreender quais eram os produtos comprados na região, quantidade e frequência semanais, bem como o papel do atravessador quanto à negociação dos produtos. Ressaltamos que o entrevistado geralmente era o responsável pelo estoque interno ou pelo controle das mercadorias do setor de hortaliças e frutas no supermercado.

A busca por informações referentes ao Mercado Municipal também se deu por meio de fontes primárias, que envolveram entrevistas e questionários aplicados aos donos dos estabelecimentos, que concordaram em participar do estudo. Tal estratégia demonstrou-se relevante, pois mostrou que a dinâmica entre esse modelo de comércio e o anterior era a mesma, tanto no ato da compra como na venda de mercadorias, sem desconsiderar a figura do atravessador nas negociações dos produtos agrícolas locais.

No caso da Feira do Produtor Rural, para a obtenção de informações referentes à sua finalidade e dinâmica de funcionamento, foi adotada uma estratégia diferente de investigação. Inicialmente, foram feitas entrevistas com o secretário da Associação dos Produtores Rurais e Associados do Campo das Vertentes (ARPA), com o objetivo de conhecer o processo inaugural do projeto – que iniciou suas atividades em maio de 2012 – além do aporte estrutural e demais recursos que são oferecidos aos feirantes.

No segundo momento, foi realizado um trabalho de campo com o intuito de conhecer os feirantes – que supostamente seriam produtores locais – envolvidos em seu lugar de trabalho, por meio de entrevistas semiestruturadas e conversas informais. Esta estratégia de investigação se prestou a conhecer e compreender o grau de envolvimento que esses sujeitos mantêm com a feira, bem como suas opiniões particulares e expectativas futuras, tendo em vista a real finalidade desse evento.

A Influência das CEASAs e dos Atravessadores na Comercialização da Produção Local

Como já foi mencionado neste trabalho, apesar de os produtores locais apresentarem importância na produção de hortaliças no município de São João del-Rei, devido à grande concentração de área plantada, a lógica da estipulação do preço segue as tendências de mercado, que são ditadas pelas CEASAs ou pelo intermediário do próprio mercado local.

Quanto ao papel das CEASAs, trata-se de uma unidade de comércio atacadista, que concentra grande parte da produção rural do estado e diversas regiões do país, para posteriormente distribuí-las para os diversos comércios varejistas, como supermercados, sacolões e feiras. (SEABRA; MARAFON, 2004, p. 01).

A distribuição dessas unidades de abastecimento no estado de Minas Gerais e que exercem influência no município em estudo, são: Grande Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Caratinga e Barbacena (Figura 2). Apesar de apresentarem diferentes cotações diárias, estas possuem a mesma lógica na estipulação do preço.

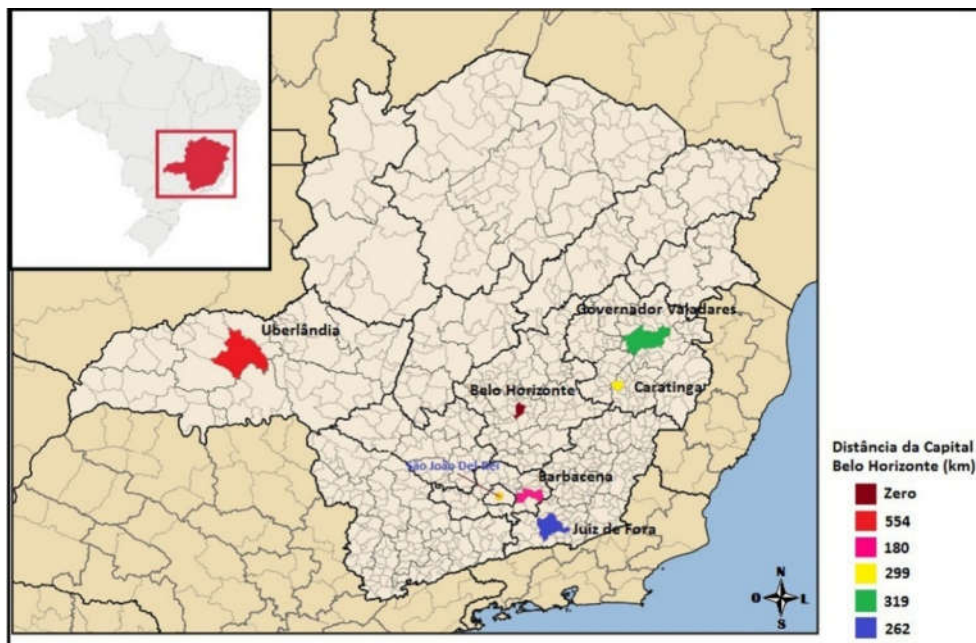


Figura 2: Localização das Unidades da CEASAMINAS
Fonte: CEASAMINAS, 2016. Adaptada pelos autores.

Ressaltamos que a comercialização dos produtos locais se dá exclusivamente com a CEASA de Belo Horizonte e a única razão que pudemos inferir é que os contatos já estão estabelecidos há muito tempo, proporcionando uma relação de confiança dos produtores com o “atravessador”, que, em alguns casos, também é responsável pelo transporte.

No caso dos estabelecimentos situados no município em estudo, observamos que o processo de negociação direta com os produtores se dá por meio dos atravessadores vindos dos diferentes mercados locais. No entanto, a estipulação do preço do produto acompanha as cotações propostas pela CEASAMINAS.

Logo, as investigações direcionadas aos estabelecimentos comerciais do município em estudo buscaram, sobretudo, explicar qual a origem e o local de compra dessas hortaliças, visto que esse produto é altamente perecível, bem como a quantidade e a frequência de compras semanais. Ainda foi de interesse deste trabalho verificar qual a influência das CEASAs nas negociações e o porquê da opção de compra feita pelos comércios locais.

Considerações Finais

Explicar como se deu a nova configuração territorial e a territorialidade no entorno da área urbana do município de São João del-Rei, a partir da implantação de uma colônia de italianos, no final do século XIX, bem como a sua forma de produção e estratégias de comercialização, sem perder de vista os mecanismos de subordinação e sujeição aos quais esses agricultores familiares se encontram nos dias atuais, nos permitiu uma aproximação como seu mundo de vivência, de socialização dos seus saberes e fazeres, sobretudo da sua sociabilidade solidária como experiência efetiva de diálogo.

É importante destacar que esse processo de produção dos agricultores familiares é fundamental para a manutenção desses sujeitos no lugar. Nesse sentido, as pesquisas de campo nos possibilitaram conhecer uma relação de agricultores profundamente ligada à terra, compreendida como terra de trabalho e não de simples negócio. Um modo de produção que se caracteriza pela solidariedade, diversificação dos produtos e autossuficiência da unidade produtiva.

Foi possível compreender que a presença do atravessador, seja nos supermercados locais ou até mesmo nas CEASAs, durante o processo de negociações, tem colocado esses produtores em situação de dificuldade. O baixo valor agregado à sua mercadoria reflete na desvalorização do trabalho desses sujeitos. Não sabemos, portanto, até que ponto estes irão persistir, resistindo nesse território.

Outro obstáculo para a inserção da produção no mercado local, bem como as negociações e venda das mercadorias, ocorre pelo fato de estas não possuírem um selo de inspeção ou de qualidade. Assim, os estabelecimentos comerciais optam pelos produtos da CEASAs e justificam que essa medida proporciona maior confiabilidade ao consumidor. O que não se sabe é que vários produtos comprados nas Centrais de Abastecimento do Estado também são produzidos no próprio município em questão e, após adquirir o selo, retornam para sua cidade de origem, para enfim serem comercializados.

No caso dos supermercados investigados, foi possível observar que todos compram as hortaliças e leguminosas dos produtores locais. A diferença está na frequência, quantidade e oferta de determinado produto, que variam conforme a demanda, o porte do supermercado e a época da colheita de determinada safra. Porém, como foi mencionado anteriormente, a atribuição do valor da mercadoria fica a cargo do atravessador, e não do produtor.

A opção de compra das hortaliças no local ocorre devido ao fato de as compras semanais vindas das centrais de abastecimento acontecerem apenas três vezes por semana, o que pode prejudicar a mercadoria pelo fato de esta ser altamente perecível. Assim, é possível obter um produto fresco e de boa qualidade, muitas vezes colhido no mesmo dia da compra.

Contudo, ainda existem alternativas que possibilitam a venda dessas hortaliças e algumas leguminosas por um valor justo. É o caso da Feira do Produtor Rural e do Mercado Municipal, porém, esses espaços não estão isentos de conflitos e contradições, não podendo ser considerados como a solução efetiva dos problemas desses produtores locais.

Na Feira dos Produtores Rurais, é notável a presença de feirantes que não são produtores, e sim donos de mercadinhos, que colocam à venda produtos vindos da CEASA a um menor preço, inclusive. No segundo caso, dos mercados municipais, os próprios mercadistas passaram a dedicar a compra de seus produtos exclusivamente nas CEASAs, alegando a possibilidade de oferecer ao consumidor maior variedade de produtos independente da época do ano.

Santos (1979, p.32) considerou que o atacado alimentar é uma atividade intermediária, ou seja, está amarrada tanto ao circuito superior, quanto ao circuito inferior da economia. Assim, foi possível considerar que, por mais que existam espaços criados e reservados exclusivamente para esses pequenos produtores locais, demonstrando espaços diferenciados para a sua inserção no mercado, os obstáculos persistem, sendo representados tanto pelas CEASAs, quanto pela presença do atravessador ou pela concorrência desleal que ocorre nesses territórios.

No entanto, são necessárias alternativas que viabilizem a inserção desses produtores no mercado de forma justa e efetiva, contribuindo não só para sua sobrevivência, mas também proporcionando melhor renda para os sujeitos envolvidos. A criação de cooperativas, por exemplo, seria uma alternativa relevante para a organização, produção, venda dos produtos locais e, sobretudo, estipulação do preço e do padrão de qualidade, principalmente a não dependência do atravessador para as negociações.

Para Schutz (2008), o cooperativismo se orienta teoricamente por valores diferentes do capitalismo desde quando surgiu em 1844. Entretanto, na prática, não foi isso que se verificou. Em muitos casos, o cooperativismo se organizou para favorecer a dinâmica capitalista das cadeias produtivas voltadas para o valor de troca. Os empreendimentos auto gerenciados também representam formas de economia alternativa que acabam integrando-se à economia de mercado.

A Feira dos Produtores de São João del-Rei não apresentou uma dinâmica orientada para uma economia popular solidária, como propõem Singer (1997); Arruda (1998) e Coraggio (1997, 1998). A solidariedade, no seu aspecto colaborativo, depende de valores culturais, éticos e morais em que o sujeito e a acumulação privada de riqueza não estão no centro da atividade econômica. A Feira dos Produtores Rurais não está, portanto, orientada para a solidariedade, para a sustentabilidade econômica.

Na medida em que os consumidores admitem a presença dos comerciantes do CEASA, o consumo deixa de estar baseado eticamente na territorialidade solidária e sustentável. As trocas econômicas necessárias socialmente podem se realizar de uma forma diferente da concepção dominante de mercado. O mercado, como sujeito de direitos, é uma construção político-ideológica legitimadora dos interesses das pessoas que o defendem.

Inverter esse discurso pressupõe a cuidadosa escuta dos *homens lentos*, os agricultores familiares, que, segundo Ana Clara Torres Ribeiro (2005), apoiada em Milton Santos (1994, p. 94): “desvendam os recursos indispensáveis à vida”.

Referências

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária**: desenvolvimento de baixo para cima. Rio de Janeiro: Ed. Pacs, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No Rancho Fundo**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 01 out 2017.

CAMPOS, Bruno Nascimento. A imigração e a Oeste de Minas em São João del-Rei. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**, São João del-Rei, v. XII, 2007, p. 129-132.

CORAGGIO, José Luiz. **Economia Urbana**: La Perspectiva Popular. Quito: Ildes. Flasco, 1998.

CORAGGIO, José Luiz. **Repensando la Política Urbana Metropolitana ante el Embate de la Globalization**. Buenos Aires. 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 7 tiragem. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA (EGAL), 10., 2005, Universidade de São Paulo. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. São Paulo: **Anais...**, 2005. p. 6774 - 6792. CD-ROM.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo Território: revista de Geografia Agrária**, Unesp Presidente Prudente, v. 5, n. 10, ago. 2010, p.123-147.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas (SP), v. 21, p. 417-421, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/pt/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Fflcu/labur Edições, 2007. 184 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% de alimentos do país, mas ainda sofre na comercialização**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/07/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario>>. Acesso em: 01 out 2017.

PORTAL PLANALTO. **Agricultura familiar já produz 70% dos alimentos consumidos no mercado interno do país, informa Pepe Vargas**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em 01 out 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p.39-49.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e LOURENÇO, Alice. **Tipologias da prática: territorialidades insurgentes e racionalidades alternativas**. Publicação da Reunião do GT Desenvolvimento Urbano do CLACSO, ocorrida de 13 a 15 de setembro em Medellín, Colômbia, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Formação do pesquisador: da curiosidade à criação. **Tamoios**, São Gonçalo-RJ, v. 1, n. 1, jan-jun. 2005b, p.117-123.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* (orgs.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005c. p. 93-111.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, Salvador, v. 9, n. 3, p.58-71, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Globalização e Meio Técnico, Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/são Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 6, jan/jun, 2004, p.88-125.

SCHUTZ, Rosalvo. Economia Popular Solidária: novos horizontes para a educação popular? In: SCHUTZ, Rosalvo *et al.* **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008, p. 19- 52.

SEABRA, Rogério dos Santos; MARAFON, Gláucio José. Considerações Sobre o CEASA-RJ: Comercialização Agrícola no Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DA SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 42., 2004, Cuiabá. Considerações Sobre o CEASA-RJ – Comercialização Agrícola no Estado do Rio de Janeiro. Cuiabá: **Anais ...**, 2004. p. 1-19.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**: geração e alternativa ao liberalismo. Proposta, n. 72, p. 6-13, 1997.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. **A Agricultura Familiar e a Problemática com o Atravessador no Município de Lagoa Seca-PB**: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano. 2011. 55 f. Monografia - Curso de Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5538/1/PDF-JamersonRaniereMonteirodeSouza.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. A Opção pelos Imigrantes Europeus no Brasil, em Minas e na cidade de São João del-Rei. In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 18., 2012, Mariana. **Dimensões do poder na história**. Online: Edufop, 2012. v. 1, p. 1 - 8. Disponível em:
<http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1339624978_ARQUIVO_Artigo_paraaANPUH2012.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.